

## As sedutoras águas do Oeste: as corredeiras e as quedas d'água na luta pela transferência da capital federal para o Brasil central (1892-1953)

### AUTORES

#### Andre Vasques Vital

Centro Universitário de Anápolis (UniEVANGELICA), Anápolis, GO, Brasil  
[vasques\\_vital@tutanota.com](mailto:vasques_vital@tutanota.com)

#### Giovana Galvão Tavares

Centro Universitário de Anápolis (UniEVANGELICA), Anápolis, GO, Brasil  
[giovana.tavares@unievangolica.edu.br](mailto:giovana.tavares@unievangolica.edu.br)

#### Sandro Dutra e Silva

Universidade Estadual de Goiás (UEG) e Centro Universitário de Anápolis (UniEVANGELICA), Anápolis, GO, Brasil  
[sandrodutra@unievangolica.edu.br](mailto:sandrodutra@unievangolica.edu.br)

#### Francisco Itami Campos

Centro Universitário de Anápolis (UniEVANGELICA), Anápolis, GO, Brasil  
[itamcampos@gmail.com](mailto:itamcampos@gmail.com)

### RECEPCIÓN

10 septiembre 2017

### APROBACIÓN

5 octubre 2017

### DOI

10.3232/RHI.2017.V10.N2.05

The Seductive Waters of the West: Rivers and Waterfalls in the Struggle for the Transfer of the Federal Capital to Central Brazil (1892-1953).

Las seductoras aguas del Oeste: las corrientes y caídas de agua en la lucha por la transferencia de la capital federal al Brasil Central (1892-1953).

O artigo analisa o papel de rios e cachoeiras no esforço de propaganda dos intelectuais do estado de Goiás favoráveis a transferência da Capital do Brasil para a região do Planalto Central, delimitada pela Missão Cruls (1892-1894). Um dos argumentos mais utilizados pelas elites goianas ao exaltar as possibilidades econômicas e de comunicação do estado, na primeira metade do século XX, diz respeito a região possuir as nascentes dos rios pertencentes as principais bacias hidrográficas da América do Sul (Prata, Amazonas e São Francisco). A partir de artigos publicados em diversos periódicos, especialmente nas revistas *A Informação Goyana* e *Oeste*, será analisado a força dos rios e das cachoeiras na imagem do Planalto Central como *divortium aquarum* do Brasil: território estratégico, com abundância de águas potáveis e grande potencial hidrelétrico.

Palavras-chave: **Brasil Central; Goiás; Águas; Oeste.**

This article analyzes the role of rivers and waterfalls in propaganda efforts of intellectuals in the state Goiás, who favored the move of the Brazilian capital to the Planalto Central region, delimited by the Mision Cruls (1892-1894). One of the arguments most commonly used by the elite *Goianas* to promote state communication and economic possibilities during the first half of the 20<sup>th</sup> century, related to the possession of the source of the major river basins of South America (Plata, Amazon, San Francisco). Through the examination of articles published in a wide range of media, especially in the magazines *A Informação Goyana* and *Oeste*, this article explores the weight given to rivers and waterfalls in the Planalto Central region and the Brazilian *divortium aquarum*, a strategic territory with an abundance of potable water and significant hydroelectric potential.

Key words: **Central Brazil; Goiás; Water; Oeste.**

Este artículo analiza el papel de los ríos y cascadas en el esfuerzo de propaganda de los intelectuales del estado de Goiás favorables a la transferencia de la capital de Brasil a la región del Planalto Central, delimitada por la Misión Cruis (1892-1894). Uno de los argumentos más utilizados por las elites *goianas* para exaltar las posibilidades económicas y de comunicación del estado, en la primera mitad del siglo XX, tuvo relación con la posesión del lugar de nacimiento de los ríos pertenecientes a las principales cuencas hidrográficas de América del Sur (Plata, Amazonas, San Francisco). A partir de artículos publicados en diversos medios periódicos, especialmente en las revistas *A Informação Goyana* y *Oeste*, se analiza aquí el peso dado a los ríos y cascadas en el Planalto Central como *divortium aquarum* de Brasil: territorio estratégico, con abundancia de agua potable y un gran potencial hidroeléctrico.

Palabras clave: **Brasil Central; Goiás; Aguas; Oeste.**

---

## Introdução

A disposição hidrográfica e as relações com os cursos d'água em Goiás estiveram, desde o processo da chegada do colonizador no século XVIII, vinculado às características das condições de fronteira em que esta região do Brasil Central se apresentava aos pioneiros da ocupação<sup>1</sup>. O historiador David McCreery<sup>2</sup> argumenta que mesmo no século XIX a Província de Goiás representava a “fronteira da fronteira”, por sua condição de isolamento do restante do território nacional. As condições geográficas favoreciam esse isolamento e distanciamento, na medida em que o Planalto Central do país era região de difícil acesso. Era mais fácil, na época, partindo da capital do Império, chegar à região amazônica, no norte do país, seguindo, primeiro por rota marítima litorânea e depois pelo curso dos rios, do que no planalto goiano. Assim, a disposição hidrográfica e os cursos d'água não favoreciam, de certa forma, o adentrar à fronteira, como caminhos e entradas. Mas, sua percepção estava ligada às atividades próprias da condição de fronteira. No caso, a fronteira da fronteira.

A mineração foi a atividade pioneira, que justificou o processo colonizador de fixação demográfica e ocupação nesse sertão brasileiro. Conforme Capanema<sup>3</sup>, um conjunto de ordenações jurídicas procurou regular as relações com o ambiente, no que concerne à atividade mineradora nos sertões do Brasil, sobretudo em relação a exploração das águas e das madeiras. E isso não se fez sem que importantes conflitos ocorressem, tanto na região das Minas Gerais, como no sertão goiano.

Em Goiás, questões envolvendo a ocupação da fronteira e a relação com as águas, bem como os conflitos inerentes a ele, foram recorrentes. O auge da atividade mineradora ocorreu em Goiás no século XVIII, tendo como característica a técnica de prospecção baseada no “método de aluvião” que utilizava os leitos e os barrancos dos rios. No século XIX as companhias de

mineração começaram a se interessar por antigas lavras que apresentavam potenciais recursos auríferos. No entanto, as novas companhias teriam que investir em novos métodos, que exigiriam um maior uso de recursos tecnológicos dependentes dos cursos d'água. Por isso, a busca por tecnologias baseadas no represamento e na força hidráulica representou novas formas de relação com as águas, acarretando, como veremos, problemas com abastecimento em algumas localidades, e conseqüentemente, gerando conflitos em torno dos corpos de água. Talvez o exemplo mais contundente de conflito envolvendo as águas e a mineração fora o evento que envolveu a população da Vila de Meiaponte (atual Pirenópolis) e a Companhia de Mineração Goyana (1881-1887) no final do século XIX.

Em 1881 a Companhia de Mineração Goyana começou a operar na Lavra do Abade, localizada na Serra dos Pirineus. Esta era uma antiga lavra que tinha uma reputação de riqueza mineral, e ao mesmo tempo apresentava um potencial hídrico importante para a instalação de uma mineradora instrumentalizada com novas técnicas de prospecção. A região era um divisor de águas, na qual as nascentes de dois importantes rios (das Almas e Corumbá) estavam localizadas. O rio das Almas segue o curso em direção norte, formando, na junção com o rio Maranhão, o rio Tocantins. O rio Corumbá segue o seu curso em direção sul, desaguando no rio Paranaíba que compõe a bacia do rio Paraná. Junto à lavra foi instalado um pequeno povoado, além das instalações da Companhia, incluindo um sistema de captação de água, processo de extração e apuração do ouro, oficinas e outros prédios para atividades diversas<sup>4</sup>. O rio das Almas –que havia recebido esse nome pelos bandeirantes, que o batizaram a partir da entrega do ouro extraído como oferta às almas do purgatório– era a principal fonte de abastecimento de Meiaponte. No entanto, a precedência na relação com os cursos d'água havia sido requerido pela companhia mineradora, que entendia ter o direito e a serventia imemorial das águas do rio das Almas. Por meio do sistema de captação de água, a atividade na lavra prejudicou o abastecimento da população meiapontense<sup>5</sup>.

O resultado da intervenção no rio das Almas foi um conflito que se iniciou em 22 de março de 1887, quando um grupo formado por duas ou três dezenas de moradores do povoado invadiram as Lavras do Abade, destruindo equipamentos utilizados na mineração e nos desvio das águas para um açude da mineradora. Dois dias após o primeiro evento, um grupo ainda maior retornou às lavras para concluir o trabalho: “Com as ferramentas da própria companhia destruíram a serra circular, o açude, as portas d'água, incendiaram a serraria e toda a madeira que nela havia, danificaram a pólvora com água e roubaram alguma dinamite”<sup>6</sup>. O evento determinou o fim das atividades da companhia de mineração na serra dos Pirineus, a partir da mobilização de uma comunidade enraivecida com o desvio e a poluição das águas do rio das Almas. Mas também, evidenciava –como um presidente da Província de Goiás registrou em um relatório provincial no final século XIX– que a riqueza de uma lavra era ajuizada muito mais pela disponibilidade de águas do que pela proporção do metal precioso<sup>7</sup>.

Esse artigo se insere no contexto da importância dos cursos d'água na concepção da fronteira goiana. Esses eventos nos ajudam a compreender, como um pequeno exemplo, a importância da disposição hidrográfica na constituição da imagem da fronteira. No entanto, o enfoque estará no papel das características hidrográficas na conformação das propagandas de

caráter político relacionados aos projetos de transferência da Capital Federal para a região central do Brasil. Esse artigo objetiva analisar o papel de rios e cachoeiras no esforço de propaganda dos intelectuais goianos favoráveis a transferência da Capital da República para a região do Planalto Central, delimitada pela Comissão Exploradora do Planalto Central, ou Missão Cruls (1892-1894)<sup>8</sup>.

Assim, esse estudo segue a mesma linha de recentes trabalhos sobre a construção simbólica do Oeste brasileiro, com enfoque principal no caso do território goiano<sup>9</sup>. A diferença aqui, é que as águas são analisadas a partir de sua presença material, como força sócio-natural ativamente presente na construção de visões e propagandas sobre o potencial de parte do território em se tornar a nova Capital da República<sup>10</sup>. É uma perspectiva próxima a de Seth Garfield ao analisar a borracha e os artefactos feitos de borracha como agentes constituintes das relações Brasil-EUA durante a Segunda Guerra Mundial, na conformação do Segundo Ciclo da Borracha (1942-1945)<sup>11</sup>. Para tanto, procuramos utilizar como fonte documental os artigos publicados em diversos periódicos, especialmente nas revistas *A Informação Goyana* e *Oeste*, com a finalidade de investigar e analisar a força dos rios e das cachoeiras na imagem do Planalto Central como *divortium aquarum* do Brasil: a fronteiras das águas, berço das nascentes das principais bacias hidrográficas do Brasil e da América do Sul<sup>12</sup>. A região da Serra dos Pirineus, em que a antiga Lavra do Abade havia sediado a Companhia de Mineração Goyana, era identificada como o lócus desse divisor de águas. Mas, no esforço de propaganda da disposição hidrológica, a noção de *divortium aquarum* foi estendida à toda região do Planalto Central.

Essa percepção foi sendo construída com a gradual penetração bandeirante na região, desde fins do século XVI. Nos séculos XVIII e XIX, essa imagem foi reforçada com a efetiva migração em busca de ouro. No final do século XIX e na primeira metade do século XX, sobretudo na Primeira República (1889-1930), essa imagem renasceu a partir do discurso da mudança da Capital Federal. Entre as décadas de 1930 a 1950, com o abandono da noção de sertão e partir da construção simbólica do Oeste<sup>13</sup>, o Brasil Central passou a ser visto como área privilegiada na expansão da fronteira demográfica e agrícola, em que os estudos para a mudança da capital federal envolveram pesquisadores e intelectuais que auxiliaram na construção do mito do Oeste: um território estratégico, com abundância de águas potáveis e grande potencial hidrelétrico. O lócus privilegiado no Brasil Central para a nova Capital Federal.

## **A transferência da Capital: o Planalto Central como *divortium aquarum* e a presença das quedas d'água**

A ideia de transferência da Capital para o Brasil Central era bastante antiga, remontando o século XVIII. Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), o Marquês de Pombal, já argumentava a necessidade de interiorização para a proteção do Império Português. Posteriormente, principalmente após a vinda da Família Real portuguesa para o Brasil, a transferência da Capital passou a estar intimamente ligada a percepção do centro do Brasil.

A disposição hidrográfica nessa região era bastante sedutora para os planos de interiorização da Capital devido a aparente junção de dois aspectos políticos importantes: a proteção da nova sede e a integração, por via fluvial, com os principais pontos do território nacional e com o mercado internacional. Os políticos em Goiás e os viajantes em expedição por essa região, por outro lado, constantemente destacavam os obstáculos impostos pelos rios às comunicações. As cachoeiras e as grandes pedras nos trechos de corredeiras dificultavam a navegação fluvial, sendo necessárias obras de desobstrução. Durante a época das cheias, as estradas eram inundadas, ficando intransitáveis, potencializando o isolamento da região<sup>14</sup>. Mesmo com esses fatores, a disposição hidrográfica do Planalto Central continuou seduzindo políticos e intelectuais que pensavam na transferência da Capital e fomentavam uma constante propaganda local a respeito das possibilidades de investimento na navegação fluvial em Goiás<sup>15</sup>.

Em 1808, J. da Costa Furtado de Mendonça, redator do jornal *Correio Braziliense*, defendia a construção de uma nova cidade para sede do governo imperial nas cabeceiras do rio São Francisco, área vizinha as nascentes das principais bacias hidrográficas que corriam para o norte e para o sul. Desse local, Mendonça imaginava a construção de estradas para os principais portos do país e na remoção dos obstáculos a navegação fluvial “lançando assim os fundamentos do mais extenso, ligado, bem defendido, e poderoso império, que é possível que exista na superfície do globo (...).” Os rios emergem aqui como agentes comunicativos e sua materialidade se confunde com as diversas formas de projeto de poder institucional e construção de uma unidade política. O *divortium aquarum* é a paragem mais central e elevada do Brasil, “de onde baixariam as ordens, como baixam as águas que vão pelo Tocantins ao norte, pelo Prata ao sul e pelo São Francisco a leste”<sup>16</sup>.

Outro grande entusiasta da disposição hidrográfica do Planalto Central era Francisco Adolfo de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro. Em 1834, ele escreveu no tomo II de *História Geral do Brasil*, que considerava uma dádiva divina que o Brasil possuísse uma área central, no seu entender, saudável e própria para “ligar entre si os três grandes vales do Amazonas, do Prata e do São Francisco”<sup>17</sup>. Anos mais tarde, em 1877, Varnhagen viajou pela província de Goiás, e do seu encontro com os corpos de água da região, emergiu a célebre imagem dessa área em carta para o então Ministério de Obras Públicas: “a paragem onde a tiro de fuzil se vê, umas das outras, as cabeceiras dos ribeirões Santa Rita, vertente do São Francisco, Bandeirinha, vertente do Amazonas e Sítio Novo, vertente do Prata pelo São Bartolomeu e Paraná”<sup>18</sup>. Varnhagen, assim, reforçava a importância da transferência da Corte para a região do triângulo formado pelas lagoas Formosa, Feia e Mestre D’Armas, de onde partiam as águas das três grandes bacias hidrográficas.

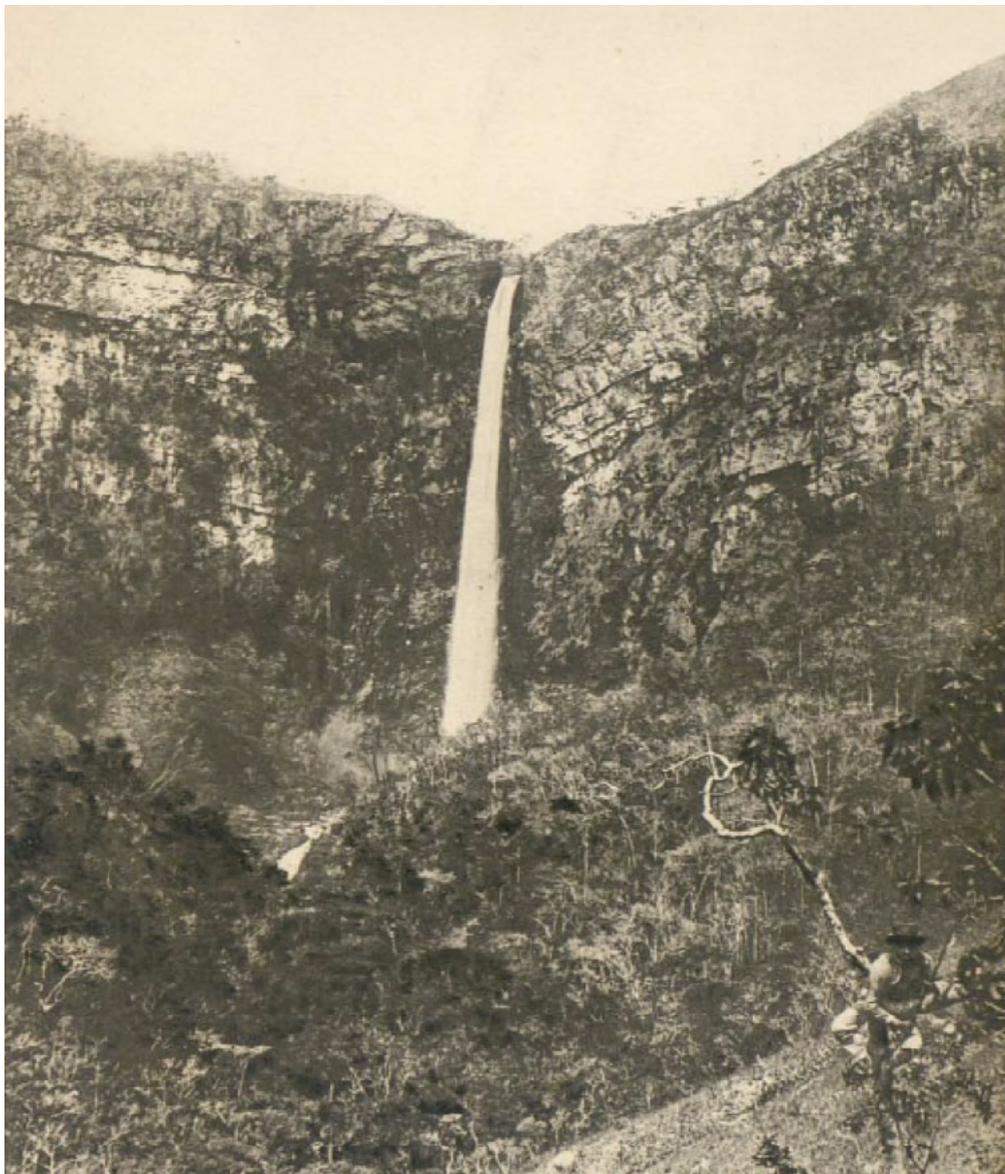
Anos mais tarde, após a proclamação da República, no âmbito da Assembléia Constituinte de 1890, ocorreram vários debates em torno da transferência da então Capital da República para o Planalto Central. Da conclusão desses debates foi consagrado no Art. 3º da Constituição Federal de 1891 a transferência da Capital Federal, em momento oportuno, para uma área de 14.400 quilômetros quadrados a ser demarcada no Planalto Central do Brasil. Em 17 de maio de 1892, o Presidente Floriano Peixoto nomeou a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, sob a liderança de Luis Cruls e participação de Henrique Morize (astrônomo e

fotógrafo da missão), Antônio Martins de Azevedo Pimentel (médico), Eugênio Hussak (geólogo), Ernesto Ule (botânico), dentre outros. Essa Comissão tinha como missão demarcar e estudar a área mais conveniente para erguer a nova Capital, do ponto de vista astronômico, hidrográfico, médico, climatológico, da natureza do terreno, da quantidade e qualidade das águas, materiais de construção, riqueza florestal e mineral, etc.<sup>19</sup>. A Comissão delimitou um quadrilátero e se dividiu em quatro expedições menores que estudaram os vértices do retângulo onde deveria ser fundada a nova Capital. As expedições duraram de junho de 1892 a março de 1893, resultando em um extenso estudo com seis relatórios em anexo<sup>20</sup>.

Várias observações foram feitas sobre o encontro dos expedicionários com os caminhos fluviais e corpos de água dessa região. No relatório de Luis Cruls, nas conclusões relativas ao sistema hidrográfico, ele destaca a abundância de água potável na área demarcada na proporção de mil litros diários por habitante, medição essa auferida entre os dias 15 de agosto a 15 de setembro, ou seja, no ápice do período de estiagem. Seu relatório faz poucas menções ao potencial de navegação fluvial. Entretanto, contém um pequeno mapeamento e análise sobre as quedas d'água e seu potencial na produção de energia elétrica. A cachoeira do Itiquira, com seus 120 metros de queda, é apontada como tendo o potencial de gerar modestos 1.500 cavalos-vapor de energia. Cruls, considerou que esse potencial seria aumentado, caso fosse desviado o curso de algum outro rio para essa cachoeira (**figura 1**). As cachoeiras formadas pelo rio das Almas e o Ribeirão do Inferno, entre Pirenópolis e a Serra dos Pirineus foram também identificadas como alternativas na produção de energia elétrica, além de “um ou outro ponto do flanco norte da Serra das Divisões”<sup>21</sup>. As observações de Cruls sobre o potencial de produção de energia elétrica nos rios do quadrilátero guardam relação com visões futuristas, alimentadas, por exemplo, por um projeto de lei federal que já previa que a iluminação pública da nova Capital Federal deveria ser preferencialmente elétrica<sup>22</sup>.

Contudo, as quedas d'água na área estudada e os próprios rios geraram conclusões relativamente diversas entre os chefes das expedições. O médico integrante da missão, Antônio Pimentel, em seu relatório, foi quem maior entusiasmo demonstrou com a disposição hidrográfica da região. Para ele, os rios navegáveis da área demarcada facilitariam o comércio e a política interna, bem como as relações da Capital com os países estrangeiros e sua defesa<sup>23</sup>. Pimentel dedicou várias páginas descrevendo de forma minuciosa o relevo, as chapadas, serras, montanhas, as respetivas nascentes dos rios e fronteiras das águas no território brasileiro, destacando a região percorrida como *divortium aquarum* das duas principais bacias hidrográficas da América do Sul: Prata e Amazonas. Apesar dessas observações, o médico ressaltou as dificuldades de navegação impostas pelas rochas e corredeiras da parte alta do rio Tocantins, “talvez o maior obstáculo à navegação fluvial desta parte do estado”<sup>24</sup>. Por outro lado, Pimentel considerou a possibilidade de construir estradas de ferro movidas a eletricidade produzida na própria região.

FIGURA 1: SALTO DO ITIQUIIRA (VÉU DE NOIVA), FOTOGRAFIA DE HENRIQUE MORIZE, COMISSÃO EXPLORADORA DO PLANALTO CENTRAL.



Fonte: Cruis, 1947 (1894)

As quedas d'água e também os rios de água salobra ajudaram na promoção de algumas visões negativas sobre a área nos relatórios. Tasso Fragoso, um dos chefes das expedições da Comissão com a incumbência de analisar e descrever o vértice noroeste do quadrilátero, esboçou opinião bastante cautelosa sobre o potencial dos rios tanto para a navegação fluvial quanto para o abastecimento da população. Em relação a potabilidade, Fragoso concluiu que as águas dos afluentes do rio Paranaíba eram boas para o consumo humano, ao passo que os rios que corriam para o norte, especialmente os vales dos Rios do Sal e Verde, eram salobras, desagradáveis ao paladar e impróprias para o consumo. Quanto aos rios observados por sua



sul, indicando que suas margens eram sadias, porém com alta incidência de doenças próximas ao trecho de cachoeira e inviável para a navegação<sup>27</sup>.

As cachoeiras, corredeiras e pedras no leitos dos rios eram um grande obstáculo a navegação fluvial no estado de Goiás, especialmente nas bacias dos rios Tocantins e Araguaia. Notícias de naufrágios e apelos ao poder público pela desobstrução dos rios eram abundantes na imprensa. Em 02 de julho de 1882, por exemplo, o jornal *Tribuna Livre*, publicado na capital do estado, noticiava dois naufrágios ocorridos na bacia do Tocantins em um mesmo dia<sup>28</sup>. O jornal *O Publicador Goyano* de 22 de outubro de 1887 divulgou uma carta de um comerciante do norte de Goiás, que alçava as “pedras do Tocantins” como um destruidor das esperanças e do trabalho das elites locais, cobrando do poder público providências para a melhoria da navegação fluvial no Araguaia-Tocantins<sup>29</sup>. Em 1889 outro desastre era noticiado, quando uma expedição escapou do naufrágio nas corredeiras do Araguaia, mas bateram com o barco em uma rocha no leito do rio Tocantins<sup>30</sup>.

Ao longo do século XIX vários Presidentes de Província em Goiás e viajantes chamaram a atenção da Corte Imperial para a realização de investimentos na navegação fluvial, especialmente nos rios Araguaia e Tocantins<sup>31</sup>. A ideia era estabelecer uma ligação entre Goiás e o porto de Belém do Pará, integrando a província ao Império e ao mercado internacional. Entretanto, o tempo de viagem, a resistência dos povos indígenas da região, os altos custos de pagamento dos remadores e, principalmente, os trechos encachoeirados desestimularam as iniciativas pública e privada de incentivo a navegação<sup>32</sup>. Na primeira metade do século XX, as elites goianas continuaram a lamentar a falta de incentivos a comunicação fluvial a partir da desobstrução de trechos dos rios Araguaia e Tocantins<sup>33</sup>.

Quanto a incidência de doenças, o médico Antônio Pimentel, da Missão Cruls, as associou principalmente ao curso lento das águas em alguns rios e a má alimentação das populações locais, ressaltando, contudo, que a maior ocorrência de epidemias se dava na área norte do estado de Goiás. Sobre a malária que grassava no temido Vão do Paranã, Pimentel a classificou como “imaginação do ignorante” ou “um dos muitos preconceitos populares, tão abundantes em quase todos, se não em todos os lugares atrasados”<sup>34</sup>. Com essa opinião, o médico explicitava que os relatos dos demais expedicionários se baseavam apenas na consulta feita junto a população local de outras áreas sobre a salubridade do Vão do Paranã e não em análise presencial.

Mesmo com essas controvérsias, a imagem do Planalto Central como *divortium aquarum* das principais bacias hidrográficas do país permaneceu como um fator relevante para a escolha da área como futura Capital Federal. A abundância de água potável foi enfatizada pelos membros da Comissão Cruls, a despeito dos rios de água salobra encontrados por Frago e Cavancanti. Por outro lado, as numerosas quedas d'água e corredeiras enfraqueciam a premissa de integração da área ao país por meio da navegação fluvial. Além dessa desvantagem, as áreas adjacentes às cachoeiras emergiram no relato de alguns expedicionários como lugares castigados por doenças.

Ao longo do século XX, mais precisamente a partir de fins da década de 1910, a imagem das quedas d'água nos rios de Goiás e na área delimitada para a futura Capital Federal pela Comissão Cruls sofreu mudanças. O sucesso na produção de energia hidrelétrica no final do século XIX e sua consolidação no início do século XX foi uma oportunidade para as elites goianas defenderem umas das características mais controversas dos cursos fluviais na área demarcada. As cachoeiras, de obstáculo a integração nacional da região, gradativamente passaram a fazer parte da propaganda de um círculo de intelectuais que vislumbrava a possibilidade de produção de energia elétrica a partir das quedas d'água, promovendo o desenvolvimento industrial no estado. Já as supostas doenças em áreas adjacentes às cachoeiras foram, obviamente, silenciadas nessas propagandas.

## **Intelectuais goianos e a emergência do potencial hidrelétrico dos rios da futura Capital Federal**

A Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil aconteceu no momento em que a produção de energia hidrelétrica emergia tanto nos países do hemisfério norte, quanto no Brasil. A invenção do dínamo de corrente contínua em 1870 proporcionou a utilização de um motor ligado a uma turbina de água em Michigan em 1880, produzindo luz elétrica para a iluminação de alguns estabelecimentos comerciais nessa cidade. No ano seguinte, a cidade de *Niagara Falls* foi dotada de iluminação pública a partir de um processo semelhante. Contudo, somente após a invenção do dínamo de corrente alternada polifásica em 1888 que teve início o processo de eletrificação industrial, com aplicação da energia elétrica em maior escala e em distâncias maiores a partir de linhas de transmissão. Em 1893, a primeira usina hidrelétrica de uso comercial foi instalada na Califórnia<sup>35</sup>. No Brasil, as primeiras usinas foram instaladas ainda na primeira metade da década de 1880, produzindo corrente contínua. A primeira delas foi a usina montada no Ribeirão do Inferno, afluente do rio Jequitinhonha, no estado de Minas Gerais, em 1883<sup>36</sup>. Em 1889, a hidroeletricidade já era responsável por gerar 30% da energia elétrica consumida no país, passando para 46% em 1900 e 80% em 1910<sup>37</sup>.

Na maior parte da primeira metade do século XX, dois grandes grupos estrangeiros emergiram e permaneceram como as principais empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica no Brasil, centradas na região centro-sul do país: a Light e a AMFORP<sup>38</sup>. Contudo, além dessas duas grandes companhias, centenas de outras pequenas empresas nacionais de âmbito municipal foram criadas por iniciativa particular ao longo das três primeiras décadas. Em 1920, eram 343 empresas com concessões municipais para fornecimento de energia elétrica<sup>39</sup>. Vinte anos mais tarde, essas pequenas empresas totalizavam mais de 1300 espalhadas pelo território nacional e juntas eram responsáveis por aproximadamente 30% da produção de energia elétrica gerada no Brasil<sup>40</sup>.

É no contexto de ampliação da capacidade instalada e de abertura de pequenas empresas nacionais de energia elétrica no Brasil, que os intelectuais goianos passaram a fomentar uma série

de imagens positivas ligadas as quedas d'água no estado. As quedas d'água e as corredeiras permaneceram vistas como uma ameaça as comunicações de Goiás via navegação fluvial. Mas, paradoxalmente, com o decorrer do século XX, elas adquiriram força como oportunidade de geração de energia elétrica para uma indústria ainda inexistente no estado. De ameaça a integração física de Goiás ao Brasil, as cachoeiras tornaram-se aliadas nas propagandas locais de atração de investimentos e integração econômica. Exaltar o potencial hidrelétrico dos rios servia assim, para atrair investimento privado e, posteriormente, serviu também para reafirmar as vantagens da transferência da Capital Federal para a área demarcada pela Missão Cruls.

Em 18 de agosto de 1918, a revista *Informação Goyana* trazia um artigo de autoria de Henrique Silva, intitulado "Cachoeira Dourada: ignota maravilha". O texto iniciava exaltando o estado de Goiás como "privilegiada região das mais belas cachoeiras" do Brasil. Lançando a retórica do desconhecimento e pouco interesse dos geógrafos sobre o relevo do interior do país, Silva repisou a imagem de que "das escarpas do Planalto Goiano" nasciam os rios que formavam as bacias do Amazonas, Prata e São Francisco. O uso dessa imagem é primordial no texto para sublinhar a quantidade de cachoeiras e corredeiras existentes nos rios que cruzavam o estado:

Uma das mais lindas cataratas, a do Itiquira, formada pelo rio desse nome ao despejar-se nas depressões abruptas, do famoso Vão do Paranã, mede 120 metros de altura, caindo toda a massa líquida na vertical – rolando pesadíssimos caixões que se desfazem em espumas lá embaixo, ecoando na imensidade do profundo vale; outra do rio do Sono, a da Fumaça, assim chamada do espesso nevoeiro que dela se levanta, passa por uma das maravilhas do Brasil Central, no depoimento dos sertanistas que a tem visitado naquele vastíssimo e bravo deserto dominado pelos índios Canoeiros e Xerentes<sup>41</sup>.

Mais adiante Henrique Silva enumerou as corredeiras e cachoeiras ao longo do curso do rio Tocantins, no norte, e do rio Paranaíba, no sul do estado, onde era formada Cachoeira Dourada. Nesse momento do texto, diversas descrições e adjetivos buscam qualificar o que era Cachoeira Dourada do ponto de vista estético: "uma das mais deslumbrantes perspectivas do mundo", "a mais linda queda d'água brasileira", "esplendor paradisíaco"<sup>42</sup>.

A ênfase em aspetos relativos ao belo na paisagem, no entanto, não retira o caráter central do texto que é incentivar o leitor a descobrir, por ele mesmo, as oportunidades de exploração econômica das áreas adjacentes as cachoeiras, em especial, Cachoeira Dourada. Henrique Silva classifica a área da Cachoeira Dourada e as margens do Paranaíba como lugar de "riquezas perdidas", onde abundavam a baunilha, o gengibre, a ipecacuanha, as madeiras de lei e, inclusive, árvores de café, plantadas pelos movimentos das cheias do rio, que brotavam e cresciam na "mais legítima terra roxa"<sup>43</sup>. Não menos importante, o artigo destaca a quantidade de peixes no Paranaíba, em especial o Dourado (*Salminus maxillosus*). As áreas de cachoeiras emergem aqui como locais paradisíacos, porém, pouco conhecidos e inexplorados do ponto de vista econômico: "Finalizando essa ligeira notícia, eu penso no futuro sem par do país que no meio de tantas riquezas outras nem ao menos sabe quantos Niagaras possui"<sup>44</sup>. Apesar desse artigo não citar explicitamente a possibilidade de geração de energia elétrica, já existe aqui a mobilização das cachoeiras como aliados no incentivo a migração e exploração econômica no

Brasil Central. A comparação das cachoeiras de Goiás com o Niágara não é por acaso, já que suas cascatas eram aproveitadas para a produção de energia elétrica, nesse período.

A aparição das cachoeiras na revista *Informação Goyana* é um fator importante. Essa revista foi criada em agosto de 1917 por Henrique Silva e Americano do Brasil com o objetivo político de fazer propaganda do potencial econômico do estado de Goiás, na Capital Federal<sup>45</sup>. Era um órgão que visava cobrir uma lacuna de notícias sobre o Planalto Central no centro decisório do país e, principalmente, combater as imagens negativas construídas nos periódicos cariocas a respeito de Goiás. O seu maior colaborador foi o próprio major Henrique Silva, que também participou da Missão Cruls, e dedicou boa parte de sua vida a propaganda dos potenciais econômicos do estado de Goiás<sup>46</sup>. A revista seria publicada até maio de 1935, mês do falecimento de Silva. A presença das cachoeiras nesse periódico indicava que as elites de Goiás já percebiam vantagens na propaganda do potencial hidrelétrico dos rios.

A presença das cachoeiras chegaria nos debates sobre a transferência da Capital Federal já em 1918. Em dezembro, um artigo anônimo intitulado “O Futuro da Navegação Fluvial e Aérea do Brasil Central” destacava que o centro do Brasil seria um lugar “excepcionalmente privilegiado” com a ascensão das aeronaves como meio de transporte comercial. E dentre os motivos elencados para essa condição estavam as “abundantes quedas d'água para produções de eletricidade motora, em distâncias relativamente pequenas umas das outras”<sup>47</sup>. A associação entre eletricidade e viação aérea, nesse caso, estava ligada a noção de que a consolidação das aeronaves como meio de transporte só ocorreria com a energia elétrica como principal força motora. No mês seguinte, outro artigo era mais explícito ao se referir a área demarcada pela Missão Cruls para a futura Capital Federal. Nesse artigo, é enfatizada a possibilidade de formação de um lago na região a partir da construção de um dique, onde seria aproveitada a água para abastecimento, pesca e produção de energia elétrica<sup>48</sup>.

Na edição de março-abril de 1922, a revista *Informação Goyana* publicou um artigo do Dr Azevedo Pimentel, médico participante da Missão Cruls, chamado “Mudança da Capital: Luz e Força”. Nesse artigo, Pimentel enumera a quantidade e as características das chapadas e chapadões do Brasil Central, próximos a área demarcada, e como esses acidentes geográficos em associação com gigantescas e numerosas quedas d'água forneciam condições especialmente favoráveis para a produção de energia elétrica da nova capital. Ele enumera algumas dessas quedas, seu volume de água para a produção de energia e para o consumo dos habitantes da futura capital:

As cascatas do rio Paranoá, com os seus 639 milhões de litros d'água, em 24 horas; as do Saia-Velha, com 85 milhões; assim também como o salto do Itiquira, com 120 metros na vertical e por ventura outros saltos menores, garantem, por dilatados anos a força e a luz à nova capital, provida da melhor água potável do mundo, na quantidade efetiva de 1.220 milhões de litros por dia, ou, em outros termos, um milhão, duzendo e vinte mil metros cúbicos d'água, podendo, portanto, fornecer mais de um metro cúbico a cada habitante da nossa futura Capital Federal, sendo de um milhão de habitantes<sup>49</sup>.

O autor enfatiza que além das grandes quedas d'água provenientes de chapadas e chapadões (hulha branca), haviam ribeirões e rios que, embora não tivessem quedas, cascatas e saltos, suas águas deslizavam “branda mais rapidamente”, por terrenos que apresentavam considerável inclinação em um espaço de 30 ou 40 quilômetros, marcando “uma diferença de nível equivalente a uma boa queda d'água”<sup>50</sup>. Pimentel chama esses corpos de água de “hulha verde”, por serem “agasalhados de verde e rica vegetação”, podendo servir de alternativa às grandes cachoeiras em tempos de seca excepcional. Esses rios com potencial de produção de energia elétrica seriam o Corumbá, Congonhas, Galinha (ou Santa Rosa), Areias, Descoberto, Alagado, Santa Maria, São Bartolomeu, Samambaia, Paranan, Maranhão, Verde e Preto<sup>51</sup>. Alguns anos mais tarde, ao escrever sobre as vantagens da transferência da Capital, do ponto de vista da comunicação, novamente Azevedo Pimentel destacaria a “facilidade de produção de eletricidade pela hulha branca e hulha verde”, repisando o potencial hidrelétrico dos rios e quedas d'água da área demarcada<sup>52</sup>.

Os artigos na revista *Informação Goyana* com indicações sobre o potencial hidrelétrico dos rios e cachoeiras no Planalto Central coincidem com o momento de emergência de pequenas empresas produtoras de energia no estado de Goiás. Essas empresas de amplitude municipal construíam suas próprias centrais hidrelétricas e comercializavam a energia produzida a partir de contratos com as intendências municipais. Tratavam-se de pequenas usinas com baixa capacidade de produção de energia. Uma delas era a usina de Buriti Alegre, que ficava à 1km da cidade de mesmo nome, com capacidade de 50 HP, construída pelos coronéis Florentino Martins da Costa, Dr. Jalles Machado de Siqueira e João da Matta Cândido e inaugurada em 01 de janeiro de 1922<sup>53</sup>. Em março de 1924, a revista alardeava a acelerada produção de energia no estado, indicando a existência de luz elétrica na Capital e nas cidades de Catalão, Ipameri, Buriti Alegre, Anápolis e Currãozinho. Em Morrinhos, nessa mesma época, o conselho municipal havia concedido privilégio para Silvio Momes de Mello para a exploração de luz elétrica nessa cidade a partir da instalação de uma usina na cachoeira do ribeirão Santa Rosa. Mais uma vez o periódico ostenta o potencial hidrelétrico das quedas d'água no estado, destacando as cachoeiras do Itiquira (no rio Itiquira), do Paranã (no rio Paranã) e a da Fumaça (no rio do Sono). Até as corredeiras do rio Tocantins, histórico adversário da navegação fluvial no estado, são também exaltados na revista pelo potencial de produção e energia elétrica<sup>54</sup>. Em 1925 seria a vez da capital do estado ser dotada de energia elétrica produzida por uma hidrelétrica instalada na bacia do rio Vermelho, consolidando o entusiasmo das elites goianas com as quedas d'água no estado<sup>55</sup>.

Alguns anos mais tarde, na década de 1930, durante o governo provisório de Getúlio Vargas, o potencial hidrelétrico das quedas d'água no Planalto Central chegou a Assembléia Constituinte, no discurso do deputado goiano José Honorato. Ao defender a continuidade constitucional de transferência da capital para o quadrilátero demarcado pela Missão Cruls, Honorato repetiu vários dos argumentos que, desde o período colonial, apontavam a necessidade de mudança da capital para a região mais central do Brasil. No tocante as águas, Honorato argumentou sobre a abundância de cursos fluviais para a captação, consumo humano e para as comunicações com outras regiões do Brasil pela navegação fluvial, citando também “as inúmeras e valiosas quedas d'água (...) todas verdadeiras fontes de energia que hão de dinamizar, no futuro, as riquezas latentes da portentosa região”<sup>56</sup>.

O tema do potencial hidrelétrico das cachoeiras dentro do quadrilátero demarcado pela Missão Cruls seria retomado com mais força nas décadas de 1940 e 1950 como pauta dos intelectuais e políticos goianos, em especial, na figura de Zoroastro Artiaga. A exemplo de Henrique Silva, Zoroastro Artiaga foi um dos maiores propagandistas dos potenciais de exploração e desenvolvimento econômico em Goiás, divulgando e produzindo estudos geográficos e geológicos na região nas décadas de 1930 e 1940. Na defesa do potencial econômico do estado e da transferência da Capital para o Planalto Central, Artiaga foi um personagem central nas controvérsias e debates sobre o tema da produção de energia elétrica<sup>57</sup>. Essas controvérsias se inseriam já no contexto de identificação de Goiás como o “Oeste”, uma imagem com conotação modernizante ligada aos projetos de expansão e integração da fronteira ao sistema produtivo nacional<sup>58</sup>.

Artiaga já tinha emitido opiniões anteriores sobre a construção de hidrelétricas. Em maio de 1944, ele havia publicado na revista *Oeste*, o artigo “As cachoeiras de Goiás, uma garantia do nosso futuro”. Diferente de outros textos que enalteciam o potencial hidrelétrico das cachoeiras em associação com o volume de água para o incremento das comunicações com outros estados ou para o abastecimento da população, nesse artigo há uma visão mais econômica que alia produção de energia, extração de minérios e o seu tratamento pelas siderurgias. Artiaga enumerou pequenas e grandes quedas d'água em Goiás que seriam úteis para a construção de usinas hidrelétricas que produziriam energia para o “tratamento de minérios, iluminar suas cidades, alimentar os seus motores e eletrificar a sua alta siderurgia”<sup>59</sup>. Segundo Artiaga, quando as usinas e centrais elétricas estivessem em funcionamento, o mundo poderia dispôr e “abusar de milhares de jazidas goianas”. É uma visão de encadeamento entre a produção de energia hidrelétrica e a extração de minérios nas áreas das barragens, ambas alimentando a indústria metalúrgica. O autor aponta que nas áreas de construção das hidrelétricas haveriam minérios e pedras preciosas como o quartzo, prata, ouro, ferro, cobre, titânio, esmeraldas, amianto, bauxita, mármore, cobalto, mercúrio e rádio (metal altamente radioativo e nocivo a saúde, mas utilizado pela indústria na época)<sup>60</sup>. Os apontamentos de Artiaga sobre as riquezas minerais no leito dos rios, tem como base principal os estudos do geólogo Eugênio Hussak, que durante a Missão Cruls, apontou a existência de jazidas de quartzo, ouro, diamante e ferro no leito de vários rios da região<sup>61</sup>.

Durante o período do Estado Novo (1937-1945) praticamente inexistiram medidas que proporcionassem a mudança da Capital e mesmo debates mais profundos sobre essa transferência. A Constituição de 1937 praticamente deixaria de lado o tema da mudança da Capital. Em meados da década de 1940, com o fim do Estado Novo e a reunião de uma nova Assembléia Constituinte, ocorreram debates entre os representantes dos estados e entre intelectuais na imprensa, lembrando o preceito constitucional da transferência nas constituições anteriores. Nesse momento emergiram divergências sobre o local mais apropriado para a nova Capital do Brasil. A Constituição de 1946 determinou, por fim, no artigo 4º, através do ato das disposições transitórias, a transferência da Capital para o Planalto Central do Brasil<sup>62</sup>.

Dois meses depois da promulgação da Constituição de 1946, o Presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) nomeou a Comissão de Estudos para a Localização da Nova

Capital. Empossada em novembro do mesmo ano, seria chefiada pelo Gen. Djalma Poli Coelho e composta por 12 técnicos<sup>63</sup>. Nessa circunstância, Zoroastro Artiaga lançou uma ofensiva na imprensa defendendo a área demarcada pela Missão Cruls, especialmente porque o Triângulo Mineiro e Goiânia, a recém-inaugurada capital de Goiás, emergiam, nesse momento, como possíveis candidatas. A emergência dessas candidaturas se devia ao fato da nova Comissão partir do conceito de Planalto Central como sendo a parte central do maciço brasileiro. Seus limites eram, em linhas gerais, o rio Grande, no sul, que separa os Estados de Minas Gerais e São Paulo, no leste o rio São Francisco, no norte as primeiras cachoeiras, a montante da bacia hidrográfica do Amazonas e no oeste as bordas do Pantanal mato-grossense<sup>64</sup>.

A essa forma de entendimento do que seria o Planalto Central contrapunha-se àquela definida pela Missão Cruls, o que fomentou uma nova discussão nacional acerca da localização da Capital Federal. Zoroastro publicou um artigo com o título “Uma Ação Declaratória e o Planalto Central”, em novembro de 1946, repudiando a interpretação da nova Comissão e defendendo a área anteriormente demarcada “porque dali flui as águas das grandes bacias”, fazendo dessa região o “centro fisiográfico” do Brasil<sup>65</sup>.

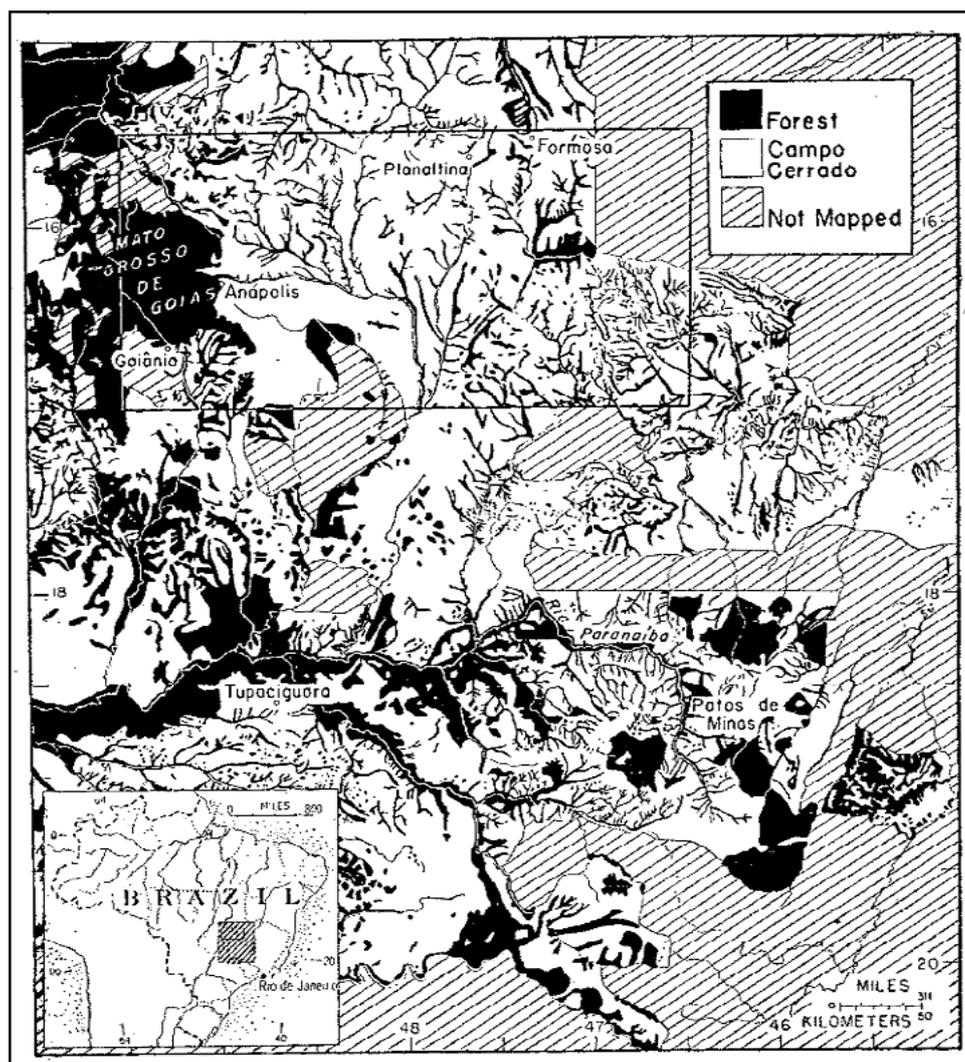
A interpretação da nova Comissão, abriu caminho para as pretensões do estado de Minas Gerais sobre a transferência da Capital Federal para a região de Uberlândia, no Triângulo Mineiro<sup>66</sup>. Vale ressaltar que esse é mais um capítulo das disputas políticas e territoriais entre os estados de Goiás e Minas Gerais, inaugurada em 1816 com a transferência da região do Triângulo, da Capitania de Goiás para os domínios territoriais de Minas Gerais<sup>67</sup>. A candidatura de Uberlândia aumentou as reações em Goiás pela defesa da construção da nova Capital Federal no território goiano<sup>68</sup>.

A luta entre goianos e mineiros pela Capital Federal chegou ao âmbito dos trabalhos da Comissão. Alguns participantes dos trabalhos, liderado por Jerônimo Coimbra Bueno e seguido por outros seis membros defendeu uma área de 78 mil quilômetros quadrados, que incluía o quadrilátero demarcado pela Comissão Cruls, para a construção da nova Capital. Seis outros membros, liderados pelo engenheiro Lucas Lopes, por outro lado, sugeriram uma área de cerca de 6 mil quilômetros quadrados formada por terras do sul de Goiás, compreendendo a cidade de Corumbaíba, de terras do oeste do estado de Minas Gerais e noroeste da cidade de Uberlândia, no Triângulo Mineiro, como local ideal para a transferência<sup>69</sup>. O grupo favorável a região do Triângulo defendia sua escolha por já haver comunicações nessa área com Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro; ter um clima ameno; oferecer segurança pelo seu afastamento da costa e pela proximidade com as cachoeiras de Marimbondos e Dourados, vistas como quedas d'água de grande potencial hidrelétrico. Os partidários da transferência da Capital para o Triângulo Mineiro também argumentavam que a área anteriormente demarcada pela Missão Cruls era pobre em cachoeiras que proporcionassem a construção de grandes centrais hidrelétricas para o abastecimento da nova cidade, confirmando apenas o potencial do Paranoá<sup>70</sup>.

Em 21 de agosto de 1947, o estudo realizado pela Comissão com ambas as recomendações, foi enviado ao Congresso Nacional para os debates e decisões sobre a localização definitiva da Capital. Na figura 3 podemos perceber o quadrilátero escolhido para a

localização da nova capital. Na imagem, que apresenta a disposição hidrográfica, indica, ainda, a vegetação de floresta tropical, que foi outro fator ambiental importante na consideração das variáveis feitas pelos geógrafos na escolha da nova capital<sup>71</sup>.

FIGURA 3: MAPA DA REGIÃO FLORESTADA PESQUISADA EM 1947 E A DEMARCAÇÃO DO QUADRILÁTERO DA NOVA CAPITAL FEDERAL.



Fonte: James e Faissol, 1960

Na esteira da polêmica, Zoroastro Artiaga publicou uma série de artigos rebatendo as conclusões do grupo liderado por Lucas Lopes<sup>72</sup>. Artiaga descreveu, por exemplo, no artigo “Potência Hidráulica do Planalto Central”, publicado no jornal *O Anápolis*, as bacias hidrográficas de Goiás, destacando a altura das cachoeiras e o suposto potencial hidrelétrico de cada uma. Em publicação nesse mesmo periódico, o autor subiria o tom acusando a Comissão de 1946 de negar a “existência de cachoeiras na zona demarcada em 1893” e omitir “várias quedas d’água interessantes, dentro da área dos 14.400 q.q. destinada ao Distrito Federal”<sup>73</sup>. Durante os anos de 1946 e início de 1947, Zoroastro Artiaga publicou artigos identificando as cachoeiras

que poderiam servir para construção de usinas hidrelétricas, com objetivo de contrapor a idéia de parte dos participantes da Comissão de 1946 sobre as impossibilidades de construção de grandes centrais próximas a área anteriormente demarcada.

Artiaga fez parte também de uma Comissão local, denominada de Comissão Pró Interiorização da Capital Federal. Sua finalidade era a realização de estudos independentes e propaganda sobre os benefícios da construção da nova Capital na área demarcada pela Missão Cruis. Essa Comissão foi composta por Joel José de Bonfim, então proprietário das terras no entorno da cachoeira do Paranoá, Aquiles de Pina, Plínio Jaime, Henrique Bartacini, Luiz Lima e Silva, Couto Dafico, Antonio Vento, Alfredo Jacomisi e Lindolfo P. da Silva. Os envolvidos iniciaram campanha em jornais e nas rádios, amplificando o debate em nível regional. Essa Comissão publicou um relatório sobre a hidrografia local e, principalmente, sobre as capacidades de construção de uma hidrelétrica na cachoeira do Paranoá, apontando que seria possível a instalação de uma usina de 32.000 HP, cuja barragem seria erguida sobre rochas graníticas, ressaltando também, o baixo custo da obra<sup>74</sup>.

Essa controvérsia coincide com o momento que, em 1946, foi apresentado o primeiro Planejamento Nacional de Eletrificação, aconselhando o Governo Federal a montar sistemas interligados regionais. Esse planejamento teve suas raízes no resultado dos estudos da Missão Cooke, de 1942. Durante o Estado Novo (1937-1945), mais precisamente no âmbito da Segunda Guerra Mundial, Brasil e Estados Unidos firmaram acordos para a instalação de uma comissão técnica norte-americana, que ficou conhecida como Missão Cooke. Entre os objetivos dessa missão estavam estudos para o aumento da produção local de bens anteriormente importados, expansão e diversificação dos meios de transporte e escoamento de produção, a adaptação das indústrias locais a tecnologias mais avançadas e incentivo financeiro ao setor industrial. Os estudos dessa missão foram divulgados em fins de 1948, e mencionavam a deficiência do setor de energia elétrica como um dos principais obstáculos à expansão industrial<sup>75</sup>.

No final do Estado Novo, a distribuição da potência elétrica instalada a nível nacional mantinha-se pequena e desigual. As duas empresas estrangeiras sediadas no Brasil, a canadense Light e a norte-americana *American and Foreign Power Company* (AMFORP), continuavam a monopolizar os serviços nos principais centros urbanos, enquanto centenas de pequenas empresas operavam em municípios do interior. Contudo, em 1945, foi criada, no Rio de Janeiro, a primeira empresa de eletricidade de âmbito federal, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF). Somente nos anos de 1950 foi dado início à expansão da produção de energia hidrelétrica, especialmente, com a criação da Central Elétrica de Furnas S.A., com o objetivo expresso de aproveitar o potencial hidrelétrico do rio Grande para solucionar o aumento da demanda de energia na região sudeste do país<sup>76</sup>. Assim, nesse momento, o potencial de geração de energia elétrica dos rios, com suas quedas d'água, adquiriram importância central como um dos fatores a serem observados na escolha do local para a nova Capital Federal.

A controvérsia sobre o potencial dos rios e quedas d'água em Goiás só teve fim com a publicação de um relatório encaminhado, em 1948, pelo General Poli Coelho, se colocando favorável a área demarcada pela Missão Cruis. Em seu relatório, Coelho confirmou a abundância

de água corrente na área, que se mantinha em altos níveis mesmo nos meses de estiagem, e ressaltou a possibilidade de produção de energia elétrica a partir de “várias quedas d'água, espalhadas por toda a região”, podendo ser instaladas grandes indústrias na nova Capital<sup>77</sup>.

Em 1953, o Congresso Nacional aprovou uma nova Lei que mandava realizar estudos definitivos para a escolha, no Planalto Central, de uma área para a edificação da nova Capital Federal<sup>78</sup>. A Lei foi sancionada no governo de Getúlio Vargas (1951-1954) em janeiro de 1953, definindo o prazo de três anos para a conclusão dos estudos. Foi fixado um território equivalente a 52 mil quilômetros quadrados, envolvendo grande faixa de Goiás (todo o quadrilátero Cruls e regiões que abrangiam Goiânia, Anápolis e outros municípios do estado) e parte do território de Minas Gerais. A Comissão foi inicialmente presidida pelo Gen. Aginaldo Caiado de Castro e, depois, no governo de Café Filho (1954-1955), pelo Mal. José Pessoa. Em 1955 a Comissão concluiu os trabalhos referendando o mesmo local definido pela Missão Cruls no fim do século XIX.

## Conclusão

Desde o período colonial Goiás era a “fronteira da fronteira”, um sertão caracterizado pelo seu isolamento do resto do país. Contudo, paradoxalmente, a disposição hidrográfica dessa “fronteira da fronteira” seduzia políticos e intelectuais na esfera nacional e mesmo regional, ajudando na conformação da sua imagem como “fronteira das águas”. Durante o período Imperial as elites goianas, alimentadas pela visão do Planalto Central como uma elevação que formava um imenso e estratégico *divortium aquarum*, cobraram providências e lamentaram a falta de incentivos do Estado na promoção das comunicações fluviais. O grande anátema do “principal *divortium aquarum* do Brasil”, nesse momento, eram as pedras no leito dos rios, as corredeiras e as quedas d'água, que, se por um lado não diminuían o poder de sedução da disposição hidrográfica, por outro mantinham a região em sua condição de isolamento material.

Foi justamente a disposição hidrográfica, convenientemente localizada no centro do país, que levou a formação da Missão Cruls na última década do século XIX, para demarcar o local para a futura transferência da Capital Federal. As conclusões da missão sobre as características dos cursos d'água, a emergência da energia hidrelétrica no início do século XX e a oportunidade que a transferência da Capital representava para as elites goianas em termos de integração nacional ajudou na lenta transformação da imagem das corredeiras e quedas d'água. De características controversas da disposição hidrográfica da região, as corredeiras e quedas d'água passaram a ser aliadas na promoção de imagens positivas do Planalto Central e especialmente da área demarcada pela Missão Cruls em 1894.

Nas décadas de 1940 e 1950, com as diversas transformações tecnológicas do período, a própria disposição hidrográfica passou a ter menos visibilidade se comparado às características

fluviais que indicavam o potencial de produção de energia elétrica e abastecimento de água na futura Capital. Produção de energia e abastecimento passaram a estar ligados ao potencial de desenvolvimento industrial, elemento com grande importância na tomada de decisão, nesse momento. Essa condição ajudou na mudança radical do *status* das quedas d'água de adversários da integração de Goiás, ou do Oeste, à um dos seus principais aliados.

A sedução das águas do Oeste ocorreu de forma dupla ao longo do período analisado. Por um lado, foi fundamental na emergência de uma imagem estendida de *divortium aquarum*, tanto em âmbito regional quanto em âmbito nacional. O próprio Planalto Central era confundido como uma fronteira das águas. A visão de centralidade territorial aliada a disposição hidrográfica alimentou uma ilusão generalizada de região estratégica devido a uma suposta proteção e facilidade nas comunicações por via fluvial. Por outro lado, a disposição e as características da hidrografia local tiveram um papel fundamental na propaganda das elites e dos intelectuais goianos, que procuraram, de diferentes formas, potencializar essa sedução para defender a transferência da capital. Os intelectuais goianos além de alardearem uma suposta facilidade nas comunicações da futura Capital por meio dos caminhos fluviais, enfatizaram também outras características como o potencial de produção de energia elétrica e abastecimento para o consumo populacional. Os cursos d'água, em particular as corredeiras e quedas d'água, assim, tiveram um papel gradualmente importante na luta pela transferência da Capital do Brasil e na própria construção simbólica do Oeste brasileiro e da fronteira goiana.

### Fontes primárias

- Artiaga, Zoroastro. "Planalto Central". *O Anápolis*. 5 de dezembro de 1946, p. 03
- "Cachoeiras do Planalto Central". *O Anápolis*. 21 de novembro de 1946, p. 05.
- "A Nova Capital e o Planalto Central". *O Anápolis*. 17 de novembro de 1946, p. 03.
- "Uma ação declaratória e o Planalto Central". *O Anápolis*. 10 de novembro de 1946, p. 03.
- "Riqueza hidrográfica do Planalto". *O Anápolis*. 13 de outubro de 1946, p. 02.
- "Potência hidráulica do Planalto Central". *O Anápolis*. 15 de agosto de 1946, p. 02.
- "As cachoeiras de Goiás, uma garantia do nosso futuro". *Oeste*. Vol. 3, Nº 16, 1944, pp. 25-26.
- Castro, Christovam Leite de. "A Mudança da Capital do País". *Revista Brasileira de Geografia*. Vol. 10, Nº 3, 1948, pp. 449-451.
- Coelho, Djalma Polli. *Espigão Mestre do Brasil e o Conceito Geopolítico do Planalto Central*. Anexo a Resolução Nº 389, 1948. p. 9.
- Cruls, Luis (coord.). *Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1947.
- Castro, Christovam Leite, et. al., "Anexo I: Relatórios". *Expedições ao Planalto Central do Brasil: relatórios*. Rio de Janeiro, Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital/ Seção Especializada de Estudos Geográficos/ IBGE, 1947.
- Fragoso, Tasso. "Anexo II: relatório de Tasso Fragoso, chefe da turma NW". Cruls, Luis (coord.). *Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1947, pp. 82-96.
- Glaziou, A. "Escolha do Local para a Futura Capital da República". *A Informação Goyana*, Vol. 2, Nº 6, set. 1919, pp. 86.
- Governo do Estado de Goiás. *Mensagem enviada ao Congresso, legislativo do estado de Goiás a 14 de maio de 1926, pelo Presidente Dr. Brasil Ramos Caiado*. Goiás, Correio Oficial, 1926.
- Honorato, José. "A Mudança da Capital Federal: discurso pronunciado na Assembléia Constituinte pelo deputado José Honorato". *A Informação Goyana*. Vol. 18, Nº 7, fev. 1934, pp. 52-55.
- Hussak, Eugênio. "Anexo V: Relatório do Dr. Eugênio Hussak, Geólogo da Comissão". Cruls, Luis (coord.). *Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1947, pp. 178-230

- James, Preston E., Faissol, Speridião. "O problema da capital do Brasil". *Boletim Geográfico: Conselho Nacional de Geografia, IBGE*. Vol. 18, Nº 158, set.-out. 1960, pp. 771-783.
- Morize, Henrique. "Anexo I: relatório de Henrique Morize, chefe da turma SE". Cruls, Luis (Coord.). *Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1947, pp. 68-81.
- "Notas e Informações: Força e Luz em Goiás". *A Informação Goyana*. Vol. 7, Nº 8, mar. 1924, pp. 61.
- "Naufrágio de Botes". *O Publicador Goyano*. 22 de outubro de 1887, p. 1.
- "Os Municípios de Goiás: Buriti Alegre". *A Informação Goyana*. Vol. 7, Nº 12, jul., 1923, pp. 98-99.
- "O Futuro da Navegação Fluvial e Aérea do Brasil Central II". *A Informação Goyana*. Vol. 2, Nº 5, dez. 1918, p. 78.
- Pimentel, Antônio. "Anexo IV: relatório do Dr. Antônio Pimentel, médico higienista da Comissão". Cruls, Luis (coord.). *Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1947, pp. 108-170.
- "Fundação da nova Capital da República: os benefícios desta nova fundação—as comunicações da nova Capital". *A Informação Goyana*. Vol. 10, Nº 6, jan. 1927, pp. 49-52.
- "Mudança da Capital: Luz e Força". *A Informação Goyana*. Vol. 6, Nº 8-9, mar.-abr. 1922, pp. 57-58.
- "Secção de Notícias". *A Tribuna Livre*. 2 de julho de 1882, p. 2.
- Silva, Henrique. "Cachoeira Dourada: ignota maravilha". *A Informação Goyana*. Vol. 2, Nº 1, ago. 1918, pp. 7-8.
- "Viagem no Araguaia e Tocantins". *Goyaz*. 11 de janeiro de 1889, pp. 1-2.

## Bibliografia

- Baer, Werner; McDonald, Curt. "Um retorno ao passado? A privatização de empresas de serviços públicos no Brasil: o caso do setor de energia elétrica". *Planejamento e Políticas Públicas*, Nº 16, dez. 1997. pp. 5-38.
- Cabral, Lígia Maria M. *Eletrobrás 40 anos*. Rio de Janeiro, Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 2002.
- Capanema, Carolina Marotta. "A natureza nos conflitos da atividade de mineração do ouro nos sertões das Minas Gerais".
- Dutra e Silva, Sandro; Sá, Dominichi Miranda de; Sá, Magali Romero (coords.). *Vastos Sertões: história e natureza na ciência e na literatura*. Rio de Janeiro, Mauad X, 2015, pp. 91-110.
- Chaul, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia, Ed. da UFG, 1997.
- Chen, Cecília. "Mapping Waters: Thinking with Watery Places". Chen, Cecília; MaCleod, Janine; Neimanis, Astrida (eds.). *Thinking with water*. Montreal & Kingston/London/Ithaca, McGill-Queen's University Press, 2013, pp. 274-298.
- Costa, Kelerson Semerene. *Meiaponte: história e meio ambiente em Goiás*. Brasília, Paralelo 15, 2013.
- Domanska, Ewa. "The Material Presence of the Past". *History and Theory*. Vol. 45, Nº 3, Oct. 2006, pp. 337-348.
- Draibe, Sônia. *Rumos e Metamorfoses: estado de industrialização no Brasil (1930-1960)*. São Paulo, Paz e Terra, 2004.
- Dutra e Silva, Sandro. *No Oeste, a terra e o céu: a expansão da fronteira agrícola no Brasil Central*. Rio de Janeiro, Mauad X, 2017.
- Dutra e Silva, Sandro, et. al. "A terra dos coronéis no oeste do Brasil: a cattle frontier, violência e dominação fundiária no Cerrado goiano". *Topoi: Revista de História*. Vol. 16, Nº 30, Rio de Janeiro, jan.-jun. 2015, pp. 234-259.
- "Fronteira, história e natureza: a construção simbólica do Oeste brasileiro (1930-1940)". *Hib: Revista História Iberoamericana*. Vol. 7, Nº 2, jul.-dez. 2014, pp. 41-64.
- Garcia, Ledonias Franco. *Goyaz: uma província do sertão*. Goiânia, Cãnone Editorial/ Editora da PUC-GO, 2010.
- Garfield, Seth. *In Search of Amazon: Brazil, the United States, and the Nature of a Region*. Durham/London, Duke University Press, 2013.
- Hennessy, Alistair. *The Frontier in Latin American History*. London, Edward Arnold, 1978.
- Lourenço, Luís Augusto B. *A oeste das Minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro, 1750-1861*. Uberlândia, EdUFU, 2002.
- Magalhães, Gildo. *Força e Luz: eletricidade e modernização na República Velha*. São Paulo, UNESP/FAPESP, 2000.
- McCreery, David. *Frontier Goiás, 1822-1889*. Stanford, Stanford University Press, 2006.
- Nepomuceno, Maria de Araújo. *O Papel Político-Educativo de A Informação Goyana na Construção da Nacionalidade*. Goiânia, Ed. UFG, 2003.
- Severnini, Edson. "The Power of Hydroelectric Dams: Agglomeration Spillovers". *Iza Discussion Paper. The Institute for the Study of Labor*. Vol. 8082, Mar. 2014.
- Szmrecsanyi, Tamás. "Apontamentos para uma história financeira do grupo Light no Brasil, 1899/1939." *Revista de Economia Política*. Vol. 6, Nº 1, jan.-abr. 1986, pp. 132-135.
- Tavares, Giovana Galvão. *Zoroastro Artiaga: O divulgador do Sertão Goiano (1930-1970)*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

Vasconcelos, Adirson. *Brasil, Capital Brasília: a história de Brasília ontem, hoje e amanhã*. Brasília, Thesaurus Editora, 2007.

Vergara, Moema de Rezende. "Território e Saúde: o estudo de Antônio Pimentel sobre o Planalto Central". *História, Ciências e Saúde—Manquinhos*. Vol. 15, Nº 3, Rio de Janeiro, jul.-set. 2008, pp. 865-881.

Vieira, Tamara Rangel. "No Coração do Brasil, uma capital saudável: a participação dos médicos e sanitaristas na construção de Brasília (1956-1960)". *História, Ciências e Saúde—Manquinhos*. Vol. 16, Supl. 1, Rio de Janeiro, jul. 2009, pp. 289-312.

## Notas

<sup>1</sup> Alistair Hennessy, *The Frontier in Latin American History*, London, Edward Arnold, 1978; David McCreery, *Frontier Goiás, 1822-1889*, Stanford, Stanford University Press, 2006.

<sup>2</sup> *Idem*.

<sup>3</sup> Carolina Marotta Capanema, "A natureza nos conflitos da atividade de mineração do ouro nos sertões das Minas Gerais", Sandro Dutra e Silva, *et. al.* (eds.), *Vastos Sertões: história e natureza na ciência e na literatura*, Rio de Janeiro, Mauad X, 2015, pp. 91-110.

<sup>4</sup> Kelerson Semerene Costa, *Meiaponte: história e meio ambiente em Goiás*, Brasília, Paralelo 15, 2013.

<sup>5</sup> *Idem*.

<sup>6</sup> *Ibid.*, p. 107.

<sup>7</sup> *Idem*.

<sup>8</sup> Luis Cruis (coord.), *Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1947.

<sup>9</sup> Ver, por exemplo: Sandro Dutra e Silva, *No Oeste, a terra e o céu: a expansão da fronteira agrícola no Brasil Central*, Rio de Janeiro, Mauad X, 2017; Sandro Dutra e Silva, *et. al.*, "A terra dos coronéis no oeste do Brasil: a cattle frontier, violência e dominação fundiária no Cerrado goiano", *Topoi: Revista de História*, Vol. 16, Nº 30, Rio de Janeiro, jan.-jun. 2015, pp. 234-259.; McCreery, *op. cit.*

<sup>10</sup> Seguimos assim, as sugestões metodológicas em Ewa Domanska, "The Material Presence of the Past", *History and Theory*, Vol. 45, Nº 3, oct., 2006, pp. 337-348; Cecília Chen, "Mapping Waters: *Thinking with Watery Places*", Cecília Chen, *et. al.* (eds.), *Thinking with Water*, Montreal & Kingston/ London/ Ithaca, McGill-Queen's University Press, 2013, pp. 274-298.

<sup>11</sup> Seth Garfield, *In Search of Amazon: Brazil, the United States, and the Nature of a Region*, Durham/London, Duke University Press, 2013.

<sup>12</sup> Cruis, *op. cit.*

<sup>13</sup> Dutra e Silva, 2017, *op. cit.*

<sup>14</sup> Nasr Fayad Chaul, *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*, Goiânia, Ed. da UFG, 1997, pp. 39-50.

<sup>15</sup> Ledonias Franco Garcia, *Goyaz: uma província do sertão*, Goiânia, Cãnone Editorial/ Editora da PUC-GO, 2010, pp. 127-131.

<sup>16</sup> Cruis, *op. cit.*, pp. 13-14.

<sup>17</sup> *Ibid.*, p. 15.

<sup>18</sup> José Honorato, "A Mudança da Capital Federal: discurso pronunciado na Assembléia Constituinte pelo deputado José Honorato", *A Informação Goyana*, Vol. 18, Nº 7, fev., 1934, pp. 52-55.

<sup>19</sup> Cruis, *op. cit.*, p. 18.

<sup>20</sup> *Idem*.

<sup>21</sup> *Ibid.*, pp. 54-56.

<sup>22</sup> Gildo Magalhães, *Força e Luz: eletricidade e modernização na República Velha*, São Paulo, UNESP/FAPESP, 2000, p. 47.

<sup>23</sup> Antônio Pimentel, "Anexo IV: relatório do Dr. Antônio Pimentel, médico higienista da Comissão", Cruis (coord.), *op. cit.*, p. 111.

<sup>24</sup> *Ibid.*, p. 125.

<sup>25</sup> Tasso Fragoso, "Anexo II: relatório de Tasso Fragoso, chefe da turma NW", Cruis (coord.), *op. cit.*, pp. 55-56.

<sup>26</sup> Henrique Morize, "Anexo I: relatório de Henrique Morize, chefe da turma SE", Luis Cruis (coord.), *op. cit.*, p. 77.

<sup>27</sup> *Ibid.*, p. 71.

<sup>28</sup> "Secção de Notícias", *A Tribuna Livre*, 2 de julho de 1882, p. 2.

<sup>29</sup> "Naufrágio de Botes", *O Publicador Goyano*, 22 de outubro de 1887, p. 1.

- <sup>30</sup> “Viagem no Araguaia e Tocantins”, *Goyaz*, 11 de janeiro de 1889. pp. 1-2.
- <sup>31</sup> Garcia, *op. cit.*, pp. 127-131.
- <sup>32</sup> Chaul, *op. cit.*, p. 47.
- <sup>33</sup> No periódico *A Informação Goyana* são abundantes os artigos exaltando o sistema fluvial em Goiás e a falta de iniciativa do poder público na desobstrução dos trechos de difícil navegação.
- <sup>34</sup> Um dos principais referenciais de Antônio Pimentel é a Escola Tropicalista Baiana, que considerava a umidade e o calor como fatores que aumentavam a incidência de doenças associadas a má alimentação, falta de saneamento e noções básicas de higiene e comportamento individual. Ver: Moema de Rezende Vergara, “Território e Saúde: o estudo de Antônio Pimentel sobre o Planalto Central”, *História, Ciências e Saúde–Manquinhos*, Vol. 15, Nº 3, Rio de Janeiro, jul.-set. 2008, pp. 865-881.
- <sup>35</sup> Edson Severnini, “The Power of Hydroelectric Dams: Agglomeration Spillovers”, *Iza Discussion Paper–The Institute for the Study of Labor*, Vol. 8082, mar. 2014, p. 7.
- <sup>36</sup> Magalhães, *op. cit.*, p. 48.
- <sup>37</sup> Tamás Szmrecsanyi, “Apontamentos para uma história financeira do grupo Light no Brasil, 1899/1939,” *Revista de Economia Política*, Vol. 6, Nº 1, jan.-abr. 1986, pp. 132-135.
- <sup>38</sup> Magalhães, *op. cit.*, p. 37.
- <sup>39</sup> Werner Baer e Curt McDonald, “Um retorno ao passado? A privatização de empresas de serviços públicos no Brasil: o caso do setor de energia elétrica”, *Planejamento e Políticas Públicas*, Nº 16, dez. 1997, pp. 5-38.
- <sup>40</sup> Szmrecsanyi, *op. cit.*, pp. 132-135.
- <sup>41</sup> Henrique Silva, “Cachoeira Dourada: ignota maravilha”, *A Informação Goyana*, Vol. 2, Nº 1, ago. 1918, pp. 7-8.
- <sup>42</sup> *Idem.*
- <sup>43</sup> *Idem.*
- <sup>44</sup> *Idem.*
- <sup>45</sup> Para mais informações ver: Maria de Araújo Nepomuceno, *O Papel Político-Educativo de A Informação Goyana na Construção da Nacionalidade*, Goiânia, Ed. UFG, 2003, pp. 33-37.
- <sup>46</sup> *Idem.*
- <sup>47</sup> “O Futuro da Navegação Fluvial e Aérea do Brasil Central II”, *A Informação Goyana*, Vol. 2, Nº 5, dez. 1918, p. 78.
- <sup>48</sup> A. Glaziou, “Escolha do Local para a Futura Capital da República”, *A Informação Goyana*, Vol. 2, Nº 6, set. 1919, p. 86.
- <sup>49</sup> Antônio Pimentel, “Mudança da Capital: Luz e Força”, *A Informação Goyana*, Vol. 6, Nº 8-9, mar.-abr. 1922, pp. 57-58.
- <sup>50</sup> *Idem.*
- <sup>51</sup> *Idem.*
- <sup>52</sup> Antônio Pimentel, “Fundação da nova Capital da República: os benefícios desta nova fundação-as comunicações da nova Capital”, *A Informação Goyana*, Vol. 10, Nº 6, jan. 1927, pp. 49-52.
- <sup>53</sup> “Os Municípios de Goiás: Buriti Alegre”, *A Informação Goyana*, Vol. 7, Nº 12, jul. 1923, pp. 98-99.
- <sup>54</sup> “Notas e Informações: Força e Luz em Goiás”, *A Informação Goyana*, Vol. 7, Nº 8, mar. 1924, p. 61.
- <sup>55</sup> Governo do Estado de Goiás, *Mensagem enviada ao Congresso, legislativo do estado de Goiás a 14 de maio de 1926, pelo Presidente Dr. Brasil Ramos Caiado*, Goiás, Correio Oficial, 1926, p. 34.
- <sup>56</sup> Honorato, *op. cit.*
- <sup>57</sup> Giovana Galvão Tavares, *Zoroastro Artiaga: O divulgador do Sertão Goiano (1930-1970)*, Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2010.
- <sup>58</sup> O termo Oeste está ligado ao programa Marcha para o Oeste, projeto colocado em prática durante o governo de Getúlio Vargas, visando o incentivo a migração e exploração agrícola na região centro-oeste do Brasil. Ver: Sandro Dutra e Silva, *et. al.*, “Fronteira, história e natureza: a construção simbólica do Oeste brasileiro (1930-1940)”, *Hib: Revista História Iberoamericana*, Vol. 7, Nº 2, jul.-dez. 2014, pp. 41-64.
- <sup>59</sup> Zoroastro Artiaga, “As cachoeiras de Goiás, uma garantia do nosso futuro”, *Oeste*, Vol. 3, Nº 16, 1944, pp. 25-26.
- <sup>60</sup> *Idem.*
- <sup>61</sup> Eugênio Hussak, “Anexo V: Relatório do Dr. Eugênio Hussak, Geólogo da Comissão”, Luis Cruls (coord.), *op. cit.*, pp. 178-230.
- <sup>62</sup> Tavares, *op. cit.*, pp. 101-116.
- <sup>63</sup> Christovam Leite Castro, et al, “Anexo I: Relatórios”, *Expedições ao Planalto Central do Brasil: relatórios*, Rio de Janeiro, Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital/ Seção Especializada de Estudos Geográficos/ IBGE, 1947.
- <sup>64</sup> *Idem.*
- <sup>65</sup> Zoroastro Artiaga, “Uma ação declaratória e o Planalto Central”, *O Anápolis*, 10 de novembro de 1946, p. 03.
- <sup>66</sup> Zoroastro Artiaga, “Potência hidráulica do Planalto Central”, *O Anápolis*, 15 de agosto de 1946, p. 02.
- <sup>67</sup> Luís Augusto B Lourenço, *A oeste das Minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro, 1750-1861*, Uberlândia, EdUFU, 2002.
- <sup>68</sup> Para maiores informações ver: Adirson Vasconcelos, *Brasil, Capital Brasília: a história de Brasília ontem, hoje e amanhã*, Brasília, Thesaurus Editora, 2007; Tamara Rangel Vieira, “No Coração do Brasil, uma capital saudável: a participação dos médicos e sanitaristas na construção de Brasília (1956-1960)”, *História, Ciências e Saúde–Manquinhos*, Vol. 16, Supl. 1, Rio de Janeiro, jul. 2009, pp. 289-312.

<sup>69</sup> Christovam Leite de Castro, "A Mudança da Capital do País", *Revista Brasileira de Geografia*, Vol. 10, Nº 3, 1948, pp. 449-451.

<sup>70</sup> Artiaga, *op. cit.*, 15 ago. 1946.

<sup>71</sup> Preston E James; Speridião Faissol, "O problema da capital do Brasil", *Boletim Geográfico: Conselho Nacional de Geografia, IBGE*, Vol. 18, Nº 158, set.-out. 1960, pp. 771-783.

<sup>72</sup> Ver, por exemplo: Zoroastro Artiaga, "Riqueza hidrográfica do Planalto", *O Anápolis*, 13 de outubro de 1946, p. 02; Zoroastro Artiaga, "A Nova Capital e o Planalto Central", *O Anápolis*, 17 de novembro de 1946, p. 03; Zoroastro Artiaga, "Cachoeiras do Planalto Central", *O Anápolis*, 21 de novembro de 1946, p. 05.

<sup>73</sup> *Idem.*

<sup>74</sup> Zoroastro Artiaga, "Planalto Central", *O Anápolis*, 5 de dezembro de 1946, p. 03.

<sup>75</sup> Sônia Draibe, *Rumos e Metamorfoses: estado de industrialização no Brasil (1930-1960)*, São Paulo, Paz e Terra, 2004, p. 95.

<sup>76</sup> Lúgia Maria M Cabral, *Eletrobrás 40 anos*, Rio de Janeiro, Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 2002, p. 33.

<sup>77</sup> Djalma Polli Coelho, *Espigão Mestre do Brasil e o Conceito Geopolítico do Planalto Central*, Anexo a Resolução Nº 389, 1948, p. 9.

<sup>78</sup> James e Faissol, *op. cit.*